

Análise da viabilidade econômica e financeira para aquisição de um Aparelho de Tomografia pela Sociedade Hospitalar Modelo

Resumo:

O objetivo desta pesquisa é analisar a viabilidade econômica e financeira da aquisição de um aparelho de tomografia pela Sociedade Hospitalar Modelo. Esta análise permitirá avaliar através do estudo do Valor Presente Líquido, Taxa de Retorno do Investimento e Payback, a existência da viabilidade da aquisição do aparelho de tomografia. O estudo será realizado baseado em pesquisa de estudo de caso, utilizando-se dos índices do valor presente líquido, taxa de retorno e payback para analisar a viabilidade do investimento. Como resultados, espera-se identificar e analisar os pontos que merecem atenção no estudo da viabilidade econômica, sendo eles a necessidade de capital de giro, montante necessário para o investimento inicial, fluxos de caixa e orçamentos. Através desta análise, espera-se ainda perceber outros aspectos importantes para a avaliação de um investimento, necessitando a atenção de seu elaborador desde os pequenos detalhes, pois a análise procura prever situações futuras, prevendo cenários e as soluções dentro deste contexto, transformando ações em números para melhor visualização de resultados, para alcançar o retorno financeiro almejado.

Palavras-chave: Contabilidade. Contabilidade Gerencial. Terceiro Setor. Análise Financeira.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade possui papel de grande importância para a sociedade, pois através dela é possível se mensurar bens, direitos e obrigações, definir cenários e planejar situações futuras. Neste contexto a contabilidade gerencial exerce um papel relevante como ferramenta de tomada de decisões, pois busca examinar qual ou quais ações poderão ocasionar o alcance das metas e dos resultados propostos.

Cada vez mais, é necessário se utilizar de mecanismos que promovam auxílio na tomada de decisões, pois muitas vezes os recursos são escassos e somente o bom gerenciamento dos mesmos é que torna possível a sustentabilidade e a viabilidade do negócio.

Neste contexto, instituições filantrópicas ligadas a saúde, ganham destaque, pois na maioria das vezes, são formadas e presididas por doutores e médicos, que possuem amplos conhecimentos ligados a finalidade da instituição, que é a preservação da vida, porém sob aspectos gerenciais e financeiros mostram-se deficientes, sendo que estas, são áreas vitais para a continuidade da instituição. Pois como será possível ampliar alas, adquirir novos equipamentos, melhorar a qualidade de atendimento se não há recursos suficientes?

Estas questões relatam a situação enfrentada por muitas instituições e em alguns casos, estas se agravam, ocasionando o encerramento das atividades das mesmas, conforme matéria do Jornal Valor Econômico (2013). Essa reportagem diz que o que agravou o déficit de leitos no país foi o fechamento de 286 hospitais particulares nos últimos cinco anos.

Esta reportagem faz referência ao atendimento pelo Sistema Único de Saúde e a convênios, onde muitas vezes, não se obtém a receita necessária para suportar as despesas decorrentes dos procedimentos, agravando a situação destas instituições. Diante deste cenário de recursos escassos, a utilização de ferramentas gerenciais para a tomada de decisão, se torna imprescindível para o êxito da mesma, em função desta realidade, este trabalho procurará analisar a viabilidade econômica e financeira, da aquisição de um aparelho de tomografia pela Sociedade Hospitalar São José de Antônio Prado – RS, buscando informações relevantes, quanto ao investimento, para a tomada de decisão.

2 . CONTABILIDADE

A contabilidade tem por definição, segundo Müller (2007), ser a ciência que estuda a evolução do patrimônio de uma pessoa, suas ações e consequências, sua gerência e seu futuro. Neste aspecto, ela auxilia não somente no patrimônio pessoal mas também é fator importante para os administradores de empresas.

Segundo Horngren, Sundem e Stratton (2004, p.2) “Os gestores da empresa trabalham em sintonia com os contadores. O sistema contábil fornece os números de que estes gestores necessitam diariamente para tomar decisões.” Neste cenário, a contabilidade se torna uma ferramenta indispensável para analisar a atual situação das empresas, planejar seu futuro, auxiliando na tomada de decisões.

A contabilidade está presente no cotidiano das pessoas desde os primeiros registros de civilização, nesta fase, como ferramenta de controle. Neste momento, a preocupação, conforme Coelho e Lins (2010) era com relação ao controle da alimentação e mais tarde, passou a se focar no controle das riquezas, de terras conquistadas, pedras preciosas e do armamento disponível. Com o passar do tempo e o crescimento de indústrias, a contabilidade passou a se desenvolver de forma mais ordenada e em grandes proporções.

A contabilidade fornece informações, que segundo Coelho e Lins (2010), devem ser as mais completas possíveis para fornecer a seus usuários, suporte para a tomada de decisão. O quadro a seguir, visa demonstrar os principais interesses de acordo com o perfil dos utilizadores da informação contábil:

Quadro 1 – Usuários da informação contábil

AGENTES ECONÔMICOS	INTERESSE NA INFORMAÇÃO CONTÁBIL
1 — Sócios, acionistas, investidores	1 — Verificar níveis de liquidez, rentabilidade e risco nos investimentos
2 — Administradores, executivos, diretores, etc.	2 — Fornecer elementos para a tomada de decisão quanto aos aspectos da gestão financeira e econômica no presente e no futuro
3 — Fornecedores da empresa	3 — Analisar a concessão de crédito
4 — Bancos, financeiras etc.	4 — Analisar a concessão de crédito
5 — Governo	5 — Para fins de tributação
6 — Pessoas físicas	6 — Controle do patrimônio individual

Fonte: Athar (2005, p.5)

Portanto, percebe-se a existência de uma variedade de usuários da contabilidade, que mesmo possuindo perfis diferentes, procuram utilizar-se dos dados e informações fornecidos pela contabilidade, para o alcance dos objetivos almejados por cada um. (ECKERT, 2013)

Diante de tantas finalidades que a contabilidade visa atender, Athar (2005, p.5) destaca dois grandes ramos por ela abrangidos:

[...] a contabilidade geral, que trata dos princípios, das normas e das funções que se aplicam às empresas de ordem geral, e a contabilidade aplicada, que utiliza tais princípios, normas ou funções em determinada empresa. Assim, temos a contabilidade específica para empresas industriais, comerciais, públicas, de seguros e agrícolas e instituições financeiras. Ainda que o mecanismo contábil seja idêntico, cada ramo da contabilidade tem condições que lhe são próprias, ou seja, o tratamento contábil e administrativo é adequado às diversas formas de especialização.

3 CONTABILIDADE GERENCIAL

A contabilidade possui diversas formas de aplicação de acordo com necessidade do seu usuário, podendo ser aplicada para gerar informações para o planejamento e desenvolvimento das ações almejadas pela empresa ou grupo, também podendo gerar informações para usuários que desejam investir nela.

Segundo, Luz (2011) a controladoria visa proporcionar aos gestores as informações necessárias para a tomada de decisão dentre as alternativas apresentadas. Neste sentido a contabilidade gerencial volta seu enfoque para atender usuários internos, conforme Hong (2006), a contabilidade gerencial busca fornecer a capacidade de planejar, controlar e avaliar o desempenho da situação estudada, mostrando sua relevância no controle interno da empresa.

Sendo voltada para o controle interno, a contabilidade gerencial procura traçar metas e planos do presente para o futuro, conforme Luz (2011) a controladoria busca informar a evolução da situação econômica para que a continuidade da empresa venha a ser mantida. Então, percebe-se, que a contabilidade gerencial analisa as situações do dia-a-dia, buscando mensurar e avaliar, para determinar se as mesmas estão ocorrendo da maneira esperada ou se ajustes serão necessários, para que ocorra o alcance das metas propostas.

Cada empresa possui peculiaridades ligadas a sua atividade, neste sentido Koliver (2005) afirma que dependendo da área de atuação, será necessário a utilização de serviços de outras áreas, como engenharia, matemática, estatística, entre outras, que darão suporte para análise e projeção de fatos. Em função disto a gestão deve conhecer muito bem sua estrutura, seus pontos fortes e fracos, para poder definir onde há geração de dados importantes que resultarão em informações para a tomada de decisão.

3.1 PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

A elaboração de orçamentos procura mensurar uma situação futura, definindo cenários e meios de se alcançar os objetivos propostos. Segundo, Padoveze e Taranto (2009), pode-se definir orçamento como sendo a avaliação e mensuração dos elementos que farão parte de um plano de ação, para a execução do objetivo proposto.

Para a realização de um orçamento é necessário que aja a definição do objetivo a ser atingido, conforme Padoveze e Taranto (2009, p. 6) "...o orçamento tem como ponto de partida os objetivos constantes da estratégia". Quando os objetivos são fixados, a percepção dos processos envolvidos se torna mais clara, ocasionando o dimensionamento correto dos pontos a serem abrangidos pelo orçamento.

Após a definição dos objetivos é necessário avaliar como o negócio está inserido no mercado, conforme Ghindani et al (2011), a análise do mercado disponibilizará informações que poderão ser utilizadas para a aplicação de estratégias apropriadas a situação. Quando se conhece o que o mercado deseja ter ou ser, a construção do produto ganha forma e direcionamento, permitindo a análise da forma de trabalho atual, se ela atende a perspectiva dos usuários ou se é necessário realizar alterações.

Após a definição dos objetivos e das necessidades do mercado, é necessário avaliar a quantidade de vendas esperadas, as despesas com logística, os custos com a fabricação, entre outros gastos que são inerentes a geração do produto ou serviço a ser comercializado, este modelo de orçamento define-se como orçamento empresarial, segundo Ghindani et al (2011), o orçamento empresarial, por meio de estudos e análises, busca atingir os objetivos propostos, que serão avaliados, gerando um processo de maturação, execução e análise dos mesmos.

A mesma sistemática se aplica ao se projetar orçamentos com relação a investimentos, riscos envolvidos e geração de caixa, o ponto de partida é a definição dos objetivos e a análise do mercado no qual se está inserido, logo após realiza-se o levantamento das possíveis receitas e despesas envolvidas e pôr fim, a análise dos resultados obtidos.

4 TERCEIRO SETOR

Conforme a tipologia organizacional, as organizações são classificadas em três setores: o primeiro setor, o segundo setor e o terceiro setor. O primeiro setor, segundo Slomski et al (2012), abrange instituições governamentais (Estado), o segundo setor, as empresas privadas com finalidade lucrativa (mercado), e o terceiro setor, que segundo Hudson (2002, p. XI) possui as seguintes características:

“Terceiro Setor consiste em organizações cujos objetivos principais são sociais, em vez de econômicos. A essência do setor engloba instituições de caridade, organizações religiosas, entidades voltadas para as artes, organizações comunitárias, sindicatos, associações profissionais e outras organizações voluntárias.”

Já para Pimenta (2006, p. VIII), “O Terceiro Setor abrange o conjunto dos diversos tipos de arranjos entre o Estado e a sociedade civil no sentido da implementação e co-gestão de políticas públicas, em especial as de caráter social, [...]” e para Teixeira (2010) o terceiro setor é o conjunto de entidades sem fins lucrativos, de direito privado, que promovem ações em prol do bem comum e que ajudam o Estado em problemas sociais.

Percebe-se então, que o terceiro setor ocupa um espaço deixado pelo Estado e que o mercado não tem interesse em suprir, pois não gera a lucratividade por ele esperada. Neste sentido o terceiro setor, supre lacunas sociais, através de ONG's, Entidades Religiosas, Partidos Políticos, Sindicatos, Associações, Fundações, Instituições da área da saúde, instituições da área da educação, culturais, filantrópicas, entre outras que se propõe a prestar serviços com objetivos sociais, visando proporcionar o bem estar aos seus usuários, sem contudo, visar lucros. Estas diversas instituições mencionadas anteriormente são organizadas nas seguintes formas jurídicas: Associações, Sociedades, Fundações, Organizações Religiosas e Partidos Políticos, segundo a Lei nº 10.206 de 10/01/2002, que podem ser melhor visualizadas conforme a figura abaixo:

Quadro 2 – Classificação das Pessoas Jurídicas de Acordo com o Código Civil



Fonte: Olak e Nascimento (2010)

Conforme o exposto acima, o direito público abrange o primeiro e o segundo setor, já o direito privado corresponde ao terceiro setor, contendo suas formas jurídicas que serão estudadas detalhadamente a seguir.

4.1 NATUREZA JURÍDICA

4.1.1 Associações

De acordo com a Lei 10.406/02 do Código Civil Brasileiro, em seu Art. 53, “as associações são formadas pela união de pessoas para fins não econômicos”, ou seja, pessoas de direito comum se unem para a formação de uma instituição que vise oferecer serviços, sem fins econômicos, para solucionar determinadas lacunas existentes na sociedade.

As associações possuem as seguintes características de acordo com Olak e Nascimento (2010, p.3):

- a) Quanto ao Lucro (*profit*): o lucro não é a razão de ser dessas entidades.
- b) Quanto à propriedade (*ownership*): pertencem à comunidade. Não são normalmente caracterizadas pela divisibilidade do capital em partes proporcionais, que podem ser vendidas ou permutadas.
- c) Quanto às fontes de recursos (*recourses*): as contribuições com recursos financeiros não dão direito ao doador de participação proporcional nos bens ou serviços da organização.
- d) Quanto às principais decisões políticas e operacionais (*policy & operating decisions*): as maiores decisões políticas e algumas decisões operacionais são tomadas por consenso de voto, via assembleia geral, por membros de diversos segmentos da sociedade direta ou indiretamente eleitos.”

Devendo seu estatuto conter, segundo a Lei 10.406, art. 54, os seguintes itens:

- I - a denominação, os fins e a sede da associação;
- II - os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados;
- III - os direitos e deveres dos associados;
- IV - as fontes de recursos para sua manutenção;
- V - o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos;
- V - o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos; (Redação dada pela Lei nº 11.127, de 2005)
- VI - as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução.
- VII - a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas. (Incluído pela Lei nº 11.127, de 2005)

Desta forma, percebe-se que as associações, são voltadas para a geração de benefícios sociais, não visando lucros, retorno a seus doadores ou auxiliares, são da comunidade e as decisões são tomadas através do voto.

4.1.2 Sociedades

A sociedade civil, conforme Bocchi (2009), é formada por uma ou mais pessoas para a realização de um objetivo em comum, sendo que a diferença entre ela e a associação é que se houver finalidade lucrativa será uma sociedade civil. Portanto a sociedade civil tem finalidade lucrativa, sendo vetada a ela a qualificação com títulos e qualificações em função de sua finalidade.

Gaio Júnior (2008) define a sociedade civil como sendo sociedades que prestam serviço em áreas recreativas, culturais, religiosas, assistenciais e fundações de direito privado, não importando sua forma organizacional, desde que não sejam empresas. Como exemplo de sociedades civis, podemos citar os sindicatos profissionais onde os mesmos atuam auxiliando seus membros e também visam lucros a eles.

4.1.3 Fundações

O Código Civil (2002) menciona que a fundação poderá ser criada para os seguintes fins: religiosos, morais, culturais e de assistência. A constituição de fundação, segundo Bocchi (2009, p.30), é feita, como sendo “[...] pessoa jurídica que pode ser criada por um só indivíduo, por ato *inter vivos* ou *causa mortis*, em que a eventual reunião de pessoas não influi em sua natureza.”

Outro ponto levantado por Bocchi (2009) sobre as fundações é com relação a seu patrimônio, onde a existência de um conjunto de bens, destina-se as finalidades descritas anteriormente. Assim uma das principais diferenças entre as associações e fundações é que enquanto as associações visam a reunião de pessoas para um fim social, as fundações visam a reunião de bens, independente de pessoas, para esta finalidade.

Assim, pode-se definir fundação, conforme Szazi (2006, p.37) “[...] como um patrimônio destinado a servir, sem intuito de lucro, a uma causa de interesse público determinada, que adquire personificação jurídica por iniciativa de seu instituidor.”

A criação de uma fundação se dá, conforme o Código Civil (2002), através de uma escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, feito pelo instituidor, especificando o seu fim e declarando, se desejar, como irá administrar a mesma.

As fundações tem portanto, a finalidade de se utilizar bens patrimoniais, doados ou que foram deixados por testamento, para beneficiar determinada área carente subsídios na sociedade.

4.1.4 Organizações Religiosas

As organizações religiosas são regulamentadas de acordo com a Lei 10.825/03, art. 44, onde determina que as mesmas são livres de criação, organização, estruturação e de seu funcionamento.

Segundo Monser et al (2011), as organizações religiosas são entidades sem fins lucrativos, formada por membros, que professam culto a um credo.

Seu sustento ocorre em função de doação e contribuições de seus membros e sua constituição obedece os mesmos princípios da associação. Sua principal finalidade é promover auxílio espiritual de seus membros, promovendo integração e gerando bem estar.

4.1.5 Partidos Políticos

Os partidos políticos, da mesma forma que as organizações religiosas, são regulamentados pela lei 10.825/03, art. 44, sendo livres de criação, organização, estruturação e de funcionamento.

Segundo Monser et al (2011), os partidos políticos tem a finalidade de assegurar o regime democrático e defender os direitos constitucionais, ou seja, os partidos políticos visam a manutenção da democracia, através de candidatos, que procuram representar a vontade da coletividade em seus mandatos.

Para sua constituição, conforme Monser et al (2011), os partidos políticos deverão ser registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, e após, devem ser registrados no Tribunal Superior Eleitoral. Seu estatuto deve garantir direito à ampla defesa e a perda de mandato, quando o eleito deixar a legenda ou votar contra as diretrizes do partido.

4.2 TÍTULOS, CERTIFICADOS E QUALIFICAÇÃO DE ÂMBITO FEDERAL

As entidades que compõe o terceiro setor podem valer-se de alguns benefícios, de ordem econômica, porém para esta finalidade, as mesmas deverão obter títulos, certificados e qualificações, que serão estudadas abaixo:

4.2.1 Associações

Os títulos permitem que a entidade e seus contribuintes usufruam de alguns benefícios, como por exemplo:

“[...] oferecer dedução fiscal no Imposto de Renda, em doações de pessoas jurídicas; ter acesso a subvenções e auxílios da União Federal e suas autarquias; bem como a possibilidade de realizar sorteios, desde que autorizados pelo Ministério da Fazenda.” (BOCCHIN, 2009, p. 64)

Os títulos são concedidos a associações e fundações que se enquadrem nas seguintes premissas de acordo com Slomski et al (2012) apud Brasil, 1961, arts. 1º e 2º:

O título se aplica às entidades sem fins lucrativos, constituídas no país, com personalidade jurídica, que tenham estado em funcionamento regular nos últimos três anos, que sirvam desinteressadamente, à coletividade, que não remunerem, por qualquer forma, a diretoria, sendo que esta deve possuir idoneidade moral comprovada, que não distribuem lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados; e que comprovadamente promovam a educação ou exerçam atividades científicas, culturais, artísticas ou filantrópicas.

Portanto, percebe-se que a manutenção da entidade de forma cuidadosa e com a observância de princípios morais, proporcionam a obtenção de recursos, auxiliando estas entidades na sua manutenção.

4.2.2 *Certificado de entidade beneficente de assistência social (CEBAS)*

Este certificado é destinado a reconhecer organizações filantrópicas. De acordo com a Lei 12.101 de 27/11/2009, esta certificação proporcionará isenção de contribuições para a seguridade social, desde que as entidades sejam reconhecidas como beneficentes de assistência social, ou seja, que prestem serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação. Estas entidades devem obedecer o princípio da universalidade de atendimento, não podendo voltar suas atividades somente para associados e ou categoria profissional.

4.2.2.1 Saúde

Os hospitais podem ser classificados neste setor, já que oferecem serviços a saúde, desde que estejam de acordo com a lei 12.101/09, que considera uma entidade beneficente de assistência social, a entidade que comprove o cumprimento das metas estabelecidas em convênio; oferte a prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) e comprove, anualmente, a prestação deste serviço com base na soma das internações e procedimentos ambulatoriais realizados.

Com esta certificação os hospitais, além de receberem a isenção da quota patronal da previdência social, podem receber subvenções e outros recursos para a melhoria de seus procedimentos e atendimentos.

4.2.3 *Qualificações*

As entidades podem ser qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), sendo que os benefícios previstos para estas instituições são:

[...]possibilidade de oferecer dedução fiscal no Imposto de Renda, em doações de pessoas jurídicas; regulamentação da participação de OSCIPs na atividade micro financeira; possibilidade de receber bens apreendidos, abandonados ou disponíveis administrados pela Receita Federal do Brasil; isenção do Imposto de Renda também para OSCIPs que remunerem seus dirigentes; possibilidade de receber doações de bens móveis da União, considerados antieconômicos e irrecuperáveis; acesso a recursos públicos para financiamento de projetos via termo de parceria.(OLAK; NASCIMENTO, 2010, p. 213”)

De acordo com a Lei 9.790/99, a qualificação somente será dada a pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos (não distribuem lucros), e cujos objetivos atendam em

pelo menos uma das seguintes finalidades: assistência social, promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, promoção gratuita da educação e saúde, promoção da segurança alimentar e nutricional, defesa, preservação e conservação do meio ambiente, voluntariado, combate à pobreza, experimentação não lucrativa de novos métodos de produção, comércio, emprego e crédito, assessoria jurídica gratuita, promoção da ética, paz, cidadania, direitos humanos e estudos e pesquisas de desenvolvimento tecnológico.

Segundo Bocchin (2009), o que torna as OCIPS especiais, a ponto de serem tidas como as mais importantes no modelo de atuação do terceiro setor é o fato delas proporem um vínculo de parceria qualificado com o Estado, pelo conjunto de esforços para um determinado objetivo, ou seja, é a união do estado com as entidades, onde o estado disponibiliza alguns benefícios e em troca, estas entidades suprem lacunas deixadas pelo mesmo.

5 ANÁLISE DE INVESTIMENTO

Quando se avalia a possibilidade de realizar um investimento, vários fatores percorrem a mente do gestor, se há recursos suficientes no momento para o investimento, se há a necessidade de investir, se a operação pode ser melhorada, se o tempo de retorno deste investimento é interessante, qual é o custo de oportunidade, entre outras variáveis, que são fundamentais para uma adequada análise do investimento.

Segundo, Helfert (2000), as alternativas de investimento devem seguir o que a empresa deseja, levando em conta as condições financeiras esperadas, perspectivas do setor, posição competitiva da empresa e suas competências. Quando se trabalha com investimento, se levanta suposições de como a empresa será no futuro, portanto ter o cenário atual definido e metas traçadas é de fundamental importância para a correta agregação de valor.

Outro aspecto de importante relevância, segundo Camargo (2007) é o período de tempo abrangido, pois este define o tempo de vida útil do bem e também define as expectativas de retorno do investimento, então delimitar as metas da empresa e o tempo necessário para o investimento gere retorno são fatores essenciais para a elaboração de um bom projeto.

Logo após esta delimitação, podem ser traçadas fases para a elaboração e análise do investimento, que se delimitam em:

[...] construção do fluxo de caixa, pela estimativa de entrada e saídas de dinheiro; escolha da taxa de desconto mais adequada; cálculo da viabilidade econômico-financeira, por meio de técnicas de análise; decisão de aceitar ou rejeitar o projeto e sua inclusão no orçamento de capital da empresa, caso seja aceito. (CAMARGO, 2007, p.24)

Percebe-se que a opinião dos autores é voltada para analisar possíveis eventos futuros que ocorrerão se a empresa optar por tal investimento. Conforme Souza e Clemente (1997) os projetos de investimento normalmente melhoram a tomada de decisão, diminuído a incerteza, já que procuram identificar eventos prováveis na realização do investimento. Portanto a análise consiste em visualizar aspectos que ocorrerão e quais medidas deverão ser tomadas para a otimização dos resultados prováveis.

5.2 ASPECTOS ECONÔMICO FINANCEIROS

Segundo Camargo (2007), os aspectos econômicos analisam a rentabilidade do investimento e os aspectos financeiros envolvem a disponibilidade de recursos para a realização do mesmo. Sendo ambos de fundamental importância, já que saber se existe o montante total do capital necessário para o investimento e se o mesmo dará resultado, são imprescindíveis para uma análise adequada da viabilidade do investimento.

Em função desta importância, será estudado estes aspectos, que formam a base para uma adequada análise econômico-financeira do investimento.

5.3 INVESTIMENTO INICIAL

Lapponi (2007) caracteriza investimento como sendo o comprometimento de recursos por um determinado período, o qual compensará o investidor pelo tempo, pela inflação e pela incerteza do fluxo de retornos, já Gitman (2006), define investimento inicial como os fluxos de saída de caixa relevantes, ao se avaliar um novo investimento. Portanto, entendem-se que segundo os autores, o investimento inicial será a quantidade de recursos necessários para a realização do investimento.

Segundo, Damodaran (2004) pode-se alterar o valor do investimento inicial se for estabelecido contratos com fornecedores, incorporadoras e outros serviços necessários para a realização do investimento em etapas, diminuindo o valor do investimento inicial, para que haja mais tempo para a obtenção dos mesmos, sem contudo, paralisar o projeto.

Então, conforme o expostos acima, o investimento inicial deve ser mensurado para saber se no presente há recursos para que o mesmo se concretize em sua totalidade ou se será necessário alterar contratos com os envolvidos no projeto para que o mesmo venha a ser realizado dentro do tempo esperado.

5.4 CUSTOS E RECEITAS

Conforme, Rebelatto (2004), definir os custos não é tarefa fácil, porém ignorá-los ou defini-los sem critério é um grande erro, já que através de sua mensuração é possível utilizar melhor os recursos envolvidos no projeto, diminuindo saídas, propiciando a criação de caixa. Já as receitas, segundo Rebelatto (2004, p. 135) “[...] correspondem aos fluxos de recursos financeiros recebidos, de maneira direta ou indiretamente, em virtude de sua operação.” Conclui-se portanto, que receita é a geração de caixa através da venda dos produtos da operação.

Os custos podem ser classificados de duas formas segundo Casarotto Filho e Kopittke (2000, p. 198): “Custos de investimento: decorrentes das transações dos ativos. Custos operacionais: decorrentes da operação dos ativos.”

O custo de investimento, conforme Casarotto Filho e Kopittke (2000) se define em fixo e de giro. O fixo corresponde ao imobilizado da empresa e o de giro, aos recursos necessários para a operação da empresa, como matérias-primas e componentes.

Os custos operacionais, segundo Casarotto Filho e Kopittke (2000) são divididos em custos de produção, sendo estes, os custos que ocorrem até a fabricação do produto, e as despesas gerais, que ocorrem do término da fabricação até a venda.

Existem também os custos de capital, que levam em conta o custo do capital de terceiros e o custo do capital próprio a ser investido na empresa. Segundo Bruni e Famá (2003), o custo do capital de terceiros é composto pelas dívidas de longo prazo, estimadas anualmente, com perspectivas futuras. Suas formas de captação podem ocorrer através de empréstimos ou títulos de dívidas, devendo ser calculadas após o Imposto de Renda.

Seu cálculo conforme Bruni e Famá (2003) considera o benefício fiscal do endividamento, já que o mesmo resulta na redução do Imposto de Renda. Portanto para realizar seu cálculo deve-se deduzir os benefícios fiscais.

O custo do capital próprio, segundo Bruni e Famá (2003) corresponde ao custo do financiamento pelos sócios por meio do patrimônio líquido. Existindo dois modelos para sua obtenção: o modelo de crescimento constante de dividendos e o modelo de precificação de ativos financeiros.

As receitas para efeitos de análise de investimento, segundo Casarotto Filho e Kopittke (2000), são aquelas originadas do aumento de produção pelo preço unitário, as receitas operacionais. Podendo ocorrer de maneira direta ou indireta.

Segundo Rebelatto (2004) as receitas diretas se originam da venda dos produtos e de seus subprodutos, já as indiretas, por menores que sejam, devem integrar ao cálculo, podendo

se originar de diversas áreas, merecendo atenção dos gestores.

5.5 CAPITAL DE GIRO

Hong, Marques e Prado (2007, p. 164) definem capital de giro como sendo “[...] os recursos necessários para operacionalizar a empresa.” Já Camargo (2007) define capital de giro como sendo o investimento em ativos circulantes que se transformam durante o ciclo operacional da empresa. Portanto, segundo os autores, para a empresa entrar em operação, ela precisa produzir, vender e receber a receita decorrente destas vendas, e neste período, ela também deve pagar suas obrigações, os valores utilizados para suprir as saídas e subsidiar novas aquisições é o capital de giro.

O capital de giro pode ser mensurado, conforme Hong, Marques e Prado (2007), analisando o prazo de pagamento das compras, o prazo de recebimento nas vendas e o giro dos estoques. Através desta análise é possível descobrir em que período o caixa da empresa pode ficar descoberto e traçar ações para impedir que isto não venha a comprometer a saúde da empresa.

A gestão deve possuir níveis de tolerância com relação ao risco, conforme Camargo (2007), aponta que investimentos altos em ativos circulantes reduz a lucratividade, enquanto que baixos podem comprometer a capacidade da empresa em honrar seus compromissos. Assim, a gestão deve conhecer até onde ela aceita o risco e a partir de onde, o mesmo, começa a impactar negativamente a empresa, para poder traçar investimentos e garantir a continuidade da mesma.

5.6 FLUXO DE CAIXA

Através do fluxo de caixa, o administrador procura conciliar a manutenção de uma liquidez suficiente para pagar as contas, com a maximização do retorno sobre o investimento dos proprietários, sendo um dos postos-chave no planejamento financeiro. CAMARGO (2007, p.66).

O fluxo de caixa pode ser definido, segundo Gitman (2006), como uma demonstração que resume as origens e as aplicações dos recursos durante determinado período.

Dentro deste contexto, onde os autores citados destacam a importância do fluxo de caixa na visualização das entradas e saídas de recursos, Hong, Marques e Prado (2007, p. 162), mostram que a utilização do fluxo de caixa traz ainda, as seguintes vantagens para a empresa:

- Auxiliar a tomada de decisões antecipadas quando for prevista a falta ou sobra de dinheiro na empresa;
- Saber se a empresa estará trabalhando com aperto ou folga financeira no período projetado;
- Verificar se os recursos financeiro projetados são suficientes para realização de investimentos na empresa, como mudança de layout, troca dos balcões, um novo equipamento, etc.;
- Avaliar a capacidade de gerar caixa antes de assumir novos compromissos;
- Confirmar o momento mais favorável para realizar promoções de vendas visando a incrementar o caixa da empresa;
- Visualizar a possibilidade de fazer uma retirada de lucro sem ‘sangrar’ o caixa da empresa.

O fluxo de caixa, conforme Camargo (2007), tem por objetivo informar a empresa, qual é a sua capacidade em liquidar suas obrigações a curto e a longo prazo, planejar captação de recursos, maximizar rendimentos sobre sobras de valores e avaliar o impacto financeiro das variações de custo e de vendas. Originando importantes informações para o planejamento financeiro da empresa.

O fluxo de caixa pode ser dividido, segundo Blatt (2001) em atividades operacionais, atividades de investimento e atividade financeiras.

As atividades operacionais, segundo Camargo (2007), são consideradas aquelas referentes ao processo operacional, ou seja, a produção e a venda dos produtos e serviços da empresa. As atividades de investimento, segundo Camargo (2007), são aquelas relacionadas com a compra e venda de ativos permanentes, e as atividades financeiras, segundo a mesma autora, são os recursos e/ou destinações, de capital próprio ou de capital de terceiros.

Conforme o exposto pelos autores acima, percebe-se que a utilização de fluxos de caixa é importante para análise da origem dos recursos e como estes são empregados na empresa, servindo como base para análises do atual cenário da empresa e para traçar novas metas.

5.7 PONTO DE EQUILÍBRIO

Casarotto Filho e Kopittke (2000) definem ponto de equilíbrio como sendo o nível de atividade a partir do qual o negócio se tornará lucrativo, e Lapponi (2007) define ponto de equilíbrio como sendo a quantidade mínima de unidades vendidas para que o valor presente líquido seja positivo

Segundo Marques (2004), no ponto de equilíbrio não há lucro e nem prejuízo para a empresa, sendo que, conforme Camargo (2007), ele mostra que acima dele, haverá lucros crescentes, e abaixo ocorrem prejuízos na cada vez maiores, sendo seu cálculo expresso pela seguinte fórmula:

$$PE = \frac{\text{Custos Fixos} + \text{Despesas Fixas}}{\text{Margem de Contribuição}}$$

Camargo (2007) enfatiza que através do ponto de equilíbrio é possível identificar a relação existente entre custos, volume e lucros, proporcionando à análise das variações das receitas, custos e despesas.

Através do mencionado acima, percebe-se que o ponto de equilíbrio é utilizado para se encontrar o ponto no qual a empresa passará a gerar lucros com suas vendas, sendo de grande relevância seu conhecimento, para o planejamento de vendas e estudo dos custos envolvidos.

5.8 VALOR PRESENTE LÍQUIDO

Hornngren, Datar e Foster, (2004, p.188) definem o método do valor presente líquido (VPL) como “[...] o ganho monetário esperado, ou perda, de um projeto descontando todos os futuros fluxos de entrada e saída esperados para o ponto presente no tempo, usando a taxa mínima de retorno.” E Casarotto Filho e Kopittke (2000) definem o valor presente líquido como o valor presente dos fluxos de caixa somado ao investimento inicial do projeto.

Seu cálculo, conforme Megliorini (2012, p. 66), ocorre da seguinte forma:

$$VPL = -I.I. + \frac{FC1}{(1+k)^1} + \frac{FC2}{(1+k)^2} + \frac{FC3}{(1+k)^3} + \dots + \frac{FCn}{(1+k)^n}$$

Onde:

VPL = valor presente líquido do fluxo de caixa;

I.I. = investimento inicial do projeto;

FC = fluxo de caixa em cada ano do projeto;

K = taxa mínima de atratividade, correspondendo ao custo de capital.

Lapponi (2007, p. 134), cita algumas vantagens e desvantagens no uso do VPL, sendo elas:

Considera todo o fluxo de caixa do projeto;
 Considera o valor do dinheiro no tempo com a taxa requerida que inclui o risco do projeto;
 Informa e mede o valor criado (ou destruído) pelo projeto;
 Pode ser aplicado na avaliação de projetos com qualquer tipo de fluxo de caixa.
 Propriedade aditiva do VPL de fluxos de caixa de um mesmo projeto, propriedade mostrada com $VPL = -I + PR_{retornos}$ e com a soma ou subtração do fluxo de caixa do valor residual e do capital de giro, [...];
 Seleciona o melhor projeto (com maior VPL) de um grupo de projetos mutuamente excludentes com o mesmo prazo de análise;
 Necessidade de determinar *a priori* a taxa requerida do projeto;
 É um valor monetário em vez de uma taxa de juro ou, de outra maneira, uma medida absoluta em vez de uma medida relativa;
 É possível reinvestir os retornos do projeto com a mesma taxa requerida para garantir o VPL;
 Na seleção do melhor projeto do grupo de projetos com prazos de análise diferentes aos prazos de análise devem ser equiparados.

Para saber se o projeto possui atratividade, segundo o valor presente líquido, o resultado obtido deve ser, conforme Megliorini (2012), maior que zero (0), pois gera um retorno igual ou maior ao custo do capital empregado, se o resultado for negativo, o projeto deverá ser recusado, pois seu retorno é menor do que custo de capital que ele vai demandar.

5.9 TAXA DE RETORNO SOBRE O INVESTIMENTO

A taxa de retorno sobre o investimento proporciona, segundo Camargo (2007), a visualização de quanto ela obteve de lucro líquido para cada R\$ 1,00 de investimento total. Sua forma de cálculo é:

$$\text{ROI} = \frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Ativos investidos}}$$

Segundo Warren, Reeve e Fess (2003) quanto maior a taxa de retorno do investimento, melhor é a rentabilidade desta empresa, sendo útil para os gestores, já que para seu cálculo são levadas em conta as receitas, despesas e ativos investidos.

Conforme o exposto, a taxa de retorno sobre o investimento, apesar da sua simplicidade no calcular, mostra de forma direta o resultado da empresa com relação ao investimento efetuado.

5.10 PAYBACK

O payback, segundo Horngren, Datar e Foster (2004) é o tempo que se levará para recuperar o investimento realizado, e segundo Megliorini (2012) o payback demonstra o tempo necessário, dias, meses e anos, para a recuperação do investimento inicial.

Apesar de seu cálculo ser simples, conforme o exposto abaixo, é necessário tomar cuidado com o valor residual, conforme Megliorini (2012) este valor ocorre no final do projeto, somado as entradas líquidas de caixa do último ano. Então é recomendável que no último ano seja feita a dedução deste valor.

Também segundo Megliorini (2012) deve-se tomar cuidado com a perda do valor do dinheiro no tempo, pois o payback não considera esta possibilidade porém sabe-se que o tempo interfere no poder aquisitivo. O cálculo do payback é feito da seguinte forma:

$$\text{Payback} = \frac{100\%}{\text{ROI}}$$

Conforme o exposto pelos autores, o payback informa em quanto tempo se terá o retorno do investimento, seu cálculo é simples, porém é necessário tomar alguns cuidados com relação ao valor residual e a perda do valor do dinheiro com o tempo.

6 OBJETIVOS DO ESTUDO

Sabe-se que a sobrevivência dos hospitais filantrópicos se dá principalmente através de verbas repassadas pelo governo, porém muitas vezes, isto não ocorre com a frequência necessária para a manutenção com qualidade da entidade.

Procurando conciliar as disponibilidades com a demanda e diante da grande importância destas associações para a sociedade e das dificuldades financeiras por elas encontradas, faz-se de grande valor estudar como promover sua sustentabilidade e traçar metas para que as mesmas venham a ter sua existência garantida, assim dando continuidade a seu objetivo inicial de atender a população em suas necessidades.

A área da saúde está diretamente inserida neste cenário, pois é voltada para a preservação da vida e não para resultados financeiros, o que muitas vezes compromete a continuidade da mesma, pois seu foco não é a geração de recursos. Portanto, o estudo de sua estrutura e das formas de melhorias e agregação de valor se tornam imprescindíveis para a continuidade na prestação dos serviços por ela ofertados e para a geração saudável de recursos.

Diante desse contexto, a presente pesquisa tem por objetivo avaliar, através da utilização de indicadores de Valor Presente Líquido, Taxa de Retorno do Investimento e Payback, a existência da viabilidade da aquisição do aparelho de tomografia pela Sociedade Hospitalar Modelo.

Cabe ressaltar que a empresa objeto deste estudo é uma organização hospitalar estabelecida na Serra Gaúcha, cujos atendimentos se dão, na sua maioria, a pacientes do SUS.

7 ASPECTOS METOLÓGICOS

Para atingir os objetivos, será realizado um estudo de caso único, em uma organização hospitalar. Trata-se de uma pesquisa de natureza descritiva, cujos dados serão analisados sob o aspecto quantitativo e qualitativo.

Os dados para realizar o estudo serão obtidos, basicamente, de documentos financeiros da instituição, de demonstrações contábeis e orçamentos. Além disso, serão realizadas entrevistas com os gestores, as quais serão gravadas e transcritas.

8 RESULTADOS ESPERADOS

Como resultados, espera-se identificar e analisar os principais aspectos que merecem atenção no estudo da viabilidade econômica e financeira, sendo eles a necessidade de capital de giro, montante necessário para o investimento inicial, fluxos de caixa esperados e orçamentos.

Além disso, espera-se ainda perceber outros aspectos importantes para a avaliação de um investimento, necessitando a atenção de seu elaborador desde os pequenos detalhes, pois a análise procura prever situações futuras, prevendo cenários e as soluções dentro deste contexto, transformando ações em números para melhor visualização de resultados, para alcançar o retorno financeiro almejado.

Através desta análise, espera-se que seja possível mensurar a receita, tempo de retorno do investimento, melhor forma de captação de recursos, entre outras variáveis, que irão auxiliar na tomada de decisão, beneficiando toda a comunidade que conta com a Sociedade Hospitalar Modelo como principal ponto de atendimento mediante uma enfermidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cássia Vanessa Olak. *Organizações da Sociedade civil de interesse público e termos de parceria: um estudo sobre o processo de avaliação de resultados dos projetos sociais desenvolvidos com recursos governamentais no Brasil*. 2005. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo.

ATHAR, Raimundo Aben. **Introdução à contabilidade**. São Paulo: Prentice Hall, 2005. ISBN 85-7605-014-5, Disponível em: <<https://ucsvirtual.ucs.br/>>. Acesso em 5 de out. 2013.

BLATT, Adriano. **Análise de Balanços – Estruturação e Avaliação das Demonstrações Financeiras e Contábeis**. São Paulo: MAKRON Books, 2001. ISBN: 85.345.1222-6. Disponível em: <<https://ucsvirtual.ucs.br/>>. Acesso em 20 de out. 2013.

BOCCHI, Olsen Henrique. **O terceiro setor: uma visão estratégica para projetos de interesse público**. Curitiba: Ibpex. 2009. Disponível em: <<https://ucsvirtual.ucs.br/>>. Acesso em 5 de out. 2013.

BRASIL. Decreto nº 50.517, de 02/05/1961. **Regulamenta a Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d50517.htm>. Acesso em: 19 out. 2013.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10/01/2002. **Institui o Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 19 out. 2013.

BRASIL. Lei nº 12.101, de 27/11/2009. Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112101.htm>. Acesso em: 19 out. 2013.

BRASIL. Lei nº 9.790, de 23/03/1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm>. Acesso em: 19 out. 2013.

BRASIL. Lei nº 10.825, de 22/12/2003. **Dá nova redação aos arts. 44 e 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.825.htm>. Acesso em: 19 out. 2013.

BRUNI, Adriano Leal, FAMÁ, Rubens. **As decisões de investimentos**. São Paulo: Atlas, 2003. ISBN 85-224-3609-6

CABRAL, Claudio Ulysses Ferreira. **Teoria da contabilidade: uma abordagem contextual, histórica e gerencial**. São Paulo : Atlas, 2010. ISBN 978-85-224-5841-7.

CAMARGO, Camila. **Análise de investimentos e demonstrativos financeiros**. Curitiba:Ibpex, 2007. ISBN 978-85-99583-15-9. Disponível em: <<https://ucsvirtual.ucs.br/>>. Acesso em 5 de out. 2013.

CAMARGO, Camila. **Planejamento financeiro**. 2 Ed. Curitiba: Ibplex, 2007. ISBN 978-85-7649-070-6. Disponível em: <<https://ucsvirtual.ucs.br/>>. Acesso em 20 de out. 2013.

CASAROTTO FILHO; Nelson, KOPITTKKE, Bruno Hartmut. **Análise de investimentos: matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão, estratégia empresarial**. 9 Ed. São Paulo: Atlas, 2000. ISBN 85-224-2572-8

COELHO, Cláudio Ulysses Ferreira; LINS, Luiz dos Santos. **Teoria da contabilidade: abordagem contextual, histórica e gerencial**. São Paulo: Atlas, 2010.

DAMODARAN, Aswath. **Finanças Corporativas: teoria e prática**. 2 Ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

ECKERT, Alex. **Teoria da Contabilidade**. 2ª Ed. São Paulo: Edipro, 2013.

ELEUTERIO DA LUZ, Érico. **Controladoria corporativa**. Curitiba: Ibplex, 2011. ISBN 978-85-7838-829-4 Disponível em: <<https://ucsvirtual.ucs.br/>>. Acesso em 5 de out. 2013.

FERNANDES, Rubem César. **Privado porém Público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1994. Disponível em: <<https://ucsvirtual.ucs.br/>>. Acesso em 5 de out. 2013.

GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira. **Direito processual Civil: cumprimento da sentença, processo de execução, processo cautelar e procedimentos especiais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2008. ISBN 978-85-7308-959-2. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=9XQq40hHoZMC&pg=PA221&dq=sociedades+civis&hl=pt-BR&sa=X&ei=3_FiUrnRPITU9QTO-4Eg&ved=0CEoQ6AEwBQ#v=onepage&q=sociedades%20civis&f=false>. Acesso em: 19 out. 2013

GITMAN; Lawrence Jeffrey. **Princípios de Administração Financeira**. Porto Alegre: Bookman, 2006. ISBN 0-321-06081-4

GUINDANI, Ari Antonio; GUINDANI, Roberto Ari; CRUZ, June Alisson Westarb; MARTINS, Tomas Sparano. **Planejamento estratégico orçamentário**. Curitiba: Ibplex, 2011. ISBN 978-85-7838-889-8. Disponível em: <<https://ucsvirtual.ucs.br/>>. Acesso em 5 de out. 2013.

HELFERT, Erich A. **Técnicas de análise financeira: um guia prático para medir o desempenho dos negócios**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

HONG, Yuh Ching. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. ISBN 85-7605-048-X, Disponível em: <<https://ucsvirtual.ucs.br/>>. Acesso em 5 de out. 2013.

HONG, Yuh Ching; MARQUES, Fernando; PRADO, Lucilene. **Contabilidade e finanças para não especialistas**. 2 Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. ISBN 978-85-7605-146-6. Disponível em: <<https://ucsvirtual.ucs.br/>>. Acesso em 20 de out. 2013.

HORNGREN, Charles T., SUDEM, Gary L. STRATTON, Willian O. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Prentice Hall. 2004.

HORNGREN, Charles T; DATAR, Srikant M.; FOSTER, George. **Contabilidade de Custos: uma abordagem gerencial**. 11 Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004. ISBN 85-87018-95-8. Disponível em: <<https://ucsvirtual.ucs.br/>>. Acesso em 20 de out. 2013.

HUDSON, Mike. **Administrando organizações do terceiro setor: o desafio de administrar sem receita**. São Paulo: Makron Books, 2002. ISBN 85-346-1017-7

KOIKE, Beth. Déficit de leitos cresce em hospitais, **Jornal Valor Econômico**, São Paulo, 29 jul. 2013. Empresas. acesso disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/3213746/em-hospitais-demanda-cresce-frente-da-oferta>> Acesso em: 7 set. 2013.

KOLIVER, Olivio. **A Contabilidade e a Controladoria, tema atual e de alta relevância para a profissão contábil**. Porto Alegre: Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 2005. Disponível em: http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_controladoria.pdf, acesso em 19 out. 2013.

LAPPONI, Juan Carlos. **Projetos de investimento na empresa**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. ISBN 978-85-352-2434-4

MARQUES, Wagner Luiz. **Contabilidade gerencial à necessidade das empresas!** 2 Ed. Cianorte. PR: Fundação Biblioteca Nacional, 2004. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=VidnJAI4N9cC&pg=PA114&dq=ponto+de+equilibrio>> Acesso em 20 out. 2013.

MEGLIORINI, Evandir. **Administração financeira**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012. ISBN 978-85-64574-43-4

MONSER, Neusa Teresinha Ballardin; SOUZA, Marcone Hahan de; PINTO JUNIOR, Ivan Roberto dos Santos; PETRY, Dani José; BERTO, João Daniel; PUGUES, Laurise Martha; SALVADOR, Luiz Antonio; RENNEN, Roberto Antonio; MEDEIROS, Roberto da Silva. **Terceiro Setor: Guia de orientação para o profissional de contabilidade**. Porto Alegre: Evangraf, 2011. 69 p.

MÜLLER, Aderbal Nicolas. **Contabilidade básica: fundamentos essenciais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

OLAK, Paulo Arnaldo; Nascimento, Diogo Toledo do. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos: terceiro setor**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. ISBN 978-852-245-976-66.

PADOVEZE, Clóvis Luis e TARANTO, Fernando Cesar. **Orçamento empresarial: novos conceitos e técnicas**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

PIMENTA, Solange Maria. **Terceiro setor: dilemas e polêmicas**, 2006. *Minha Biblioteca*. Web. Disponível em: <<http://online.minhabiblioteca.com.br/books/9788502121614/page/VII>>. Acesso em 6 Out. 2013

REBELATTO, Daisy (Org.). **Projeto de Investimento**. Barueri, SP: Manole, 2004. ISBN 85-204-1560-1

ROTHGIESSER, Tanya. L. Sociedade Civil. **A sociedade civil brasileira e o terceiro setor.** São Paulo:[s/n]. 2004

SLOMSKI, Valmor; REZENDE, Amaury José; CRUZ, Cassia Vanessa Olak Alves; OLAK, Paulo Arnaldo. Contabilidade do terceiro setor uma abordagem operacional: aplicável às associações, fundações, partidos políticos e organizações religiosas. São Paulo: Atlas, 2012. ISBN 978-85-224-7386-1

SOUZA, Alceu; CLEMENTE, Ademir. **Decisões financeiras e análise de investimentos:** fundamentos, técnicas e aplicações. São Paulo: Atlas, 1997. ISBN 85-224-1668-0

SZAZI, Eduardo, **Terceiro setor: Regulação no Brasil.** 4.Ed. São Paulo: Peirópolis, 2006. ISBN 85-7596-074-1. Disponível em:
<<http://books.google.com.br/books?id=iSEI xv5hoD4C&printsec=frontcover&dq=szazi+2003&hl=pt-BR&sa=X&ei=43pRUtDMN5Wz4APP44CICg&ved=0CDEQ6AEwAA#v=onepage&q=szazi%202003&f=false>>. Acesso em 06 out. 2013.

TEIXEIRA, Josenir. **O Terceiro Setor e a Gestão da Saúde Pública.** Comissão de Direito do Terceiro Setor da Ordem Dos Advogados do Brasil, São Paulo, ago. 2010. Disponível em:
<<http://www.oabsp.org.br/comissoes2010/direito-terceiro-setor/artigos>>. Acesso em: 06 out. 2013.

WARREN, Carl S.; REEVE, James M.; FESS, Philip E. **Contabilidade Gerencial.** 6 Ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. ISBN 85-221-0248-1. Disponível em:
<<http://books.google.com.br/books?id=LqAscQJyg5kC&pg=PA277&dq=TAXA+DE+>>>. Acesso em 20 out. 2013.